



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

ATA DE REUNIÃO	
Local	Data
Sala da Presidência – 4º andar	26/10/15

1. Integrantes do Comitê
Fabio Túlio Correia Ribeiro (Desembargador-Presidente e Coordenador do Comitê)
Fosane Nascimento Barretto (Secretária Geral da Presidência, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)
Karine Fonseca Prado (Assessora da Presidência, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)
Deborah Puig Cardoso (Secretaria da Corregedoria e Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)
Lorena Santos Nascimento (Coordenadora de Gestão de Pessoas, Membro da área administrativa)
Mário de Oliveira Neto (Diretor de Secretaria, Membro do 1º grau de jurisdição)
Luiza de Marilac Amazonas Cabral de Andrade (Assistente Administrativo da AGE, Membro da Área de Estatística)
Obs.: Registraram-se as ausências do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho Substituto Antônio Francisco de Andrade (Vice-Coordenador do Comitê) e do servidor Marcos Xavier de Almeida Barretto (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Membro da Área de TI), sendo substituído pelo servidor Levi da Costa Mota, devidamente justificadas.
2. Convidados
Adriano Leão Venceslau (Assistente Administrativo – AGE)
Mônica Oliveira Barreto (Assessora de Gestão Estratégica)
Tadeu Matos Henriques Nascimento (Diretor-Geral)

3. Pauta
3.1. Providências decorrentes das deliberações das reuniões anteriores;
3.2. Situação das remessas do e-Gestão;
3.3. Produção dos Magistrados – 2º Grau – itens sem magistrado associado;
3.4. Correção da base de dados 2013 e 2014 do Sistema e-Gestão (Ofício Circular nº 005/2015 – CGJT/SEOG) e Correção dos dados lançados no Sistema do CNJ relativos a casos pendentes de 2014.
3.5. O que ocorrer.

Em cumprimento ao disposto no ATO/CGJT Nº 5, de 16 de junho de 2014, o Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão reuniu-se com vistas a discutir questões relacionadas ao Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciais da Justiça do Trabalho – e-Gestão, conforme Pauta acima especificada.

O Desembargador-Presidente e Coordenador do Grupo Gestor agradeceu a presença de todos, registrou as ausências do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho Substituto Antônio Francisco de Andrade (Vice-Coordenador do Comitê), por motivo de férias, e do servidor Marcos Xavier de Almeida Barretto (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação - Membro da Área de TI) que se encontra em viagem a serviço. Em seguida, declarou aberta a reunião e passou a palavra para Mônica. Designou, ainda, para atuar como Secretária da Reunião a servidora Marilac.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

Mônica apresentou os itens contidos na Pauta um a um. As análises, observações e deliberações do Comitê foram registradas pela Secretaria da Reunião, no item 4, abaixo.

4. Análises, observações e deliberações

4.1 Providências decorrentes das deliberações em Reuniões anteriores:

a) CLE – Cadastro de Liquidação e Execução – Havia ficado pendente da reunião anterior os seguintes subtópicos: a.1) Operacionalização (Responsáveis: Tadeu e Xavier) e a.2) Fixação de marco inicial, dependente da definição dos documentos necessários e das condições de operacionalização. Em razão da ausência de Marcos Xavier, Tadeu solicitou ao servidor Levi, Secretário substituto, que obtivesse essas informações junto ao Tribunal de Contas do Estado que já realizou trabalho semelhante, contratando empresa para digitalização, restando prejudicados os demais assuntos relacionados ao CLE

b) 2ª Semana de Formação Continuada dos Magistrados – foi informado que, através da RA-043/2015, o E. Pleno suspendeu, no período de 16 a 20/11/2015, o atendimento ao público, o expediente externo e a contagem dos prazos processuais para as unidades judiciárias, visando viabilizar a reciclagem integral do PJe-JT, além de outras atividades que possam ser consideradas prioritárias. Dr. Fábio Túlio informou que o Desembargador Jorge Cardoso tem reiterado o pedido para que as unidades procedam ao saneamento de dados, visando dar mais fidedignidade à estatística do Tribunal. Na oportunidade Mônica explicou que, conforme formatação da reciclagem que será realizada por ocasião da Semana de 16 a 20/11, cada turma terá, no máximo, 2 (dois) dias de treinamento. Também será oferecida somente 02 vagas por unidade, de modo que, para aqueles que não participarem das atividades da reciclagem, bem como nos dias em que o treinando não estiver participando da capacitação, há a possibilidade de realização interna de atividades que possam ser consideradas prioritárias pela própria unidade judiciária a partir da análise dos resultados obtidos.

c) Solicitação para que os dados apurados no SIGEN contemplem a indicação das partes – esta solicitação foi motivada pela necessidade de agendamento de audiências envolvendo as mesmas partes (principalmente Reclamadas). Adriano explicou que esta demanda é possível para os processos físicos, mas no que se refere ao PJe-JT, ao contatar com a 7ª Região (Regional que desenvolveu o SIGEN), obteve a resposta de que se faz necessária uma alteração no processador de dados, e que esta demanda foi incluída na lista de pendências do SIGEN.

4.2 Situação das remessas do e-Gestão

Conforme esclarecido na reunião de setembro/2015, em decorrência da nova inscrição do sistema e-Gestão de 1º Grau pela SETIC, novas remessas do ano de 2015 estão sendo geradas e trabalhadas/ analisadas pela área de estatística para correção de inconsistências.

Os trabalhos ficaram temporariamente suspensos por conta das férias de Marilac (da AGE) e Diego (da SETIC), servidores envolvidos nesse processo.



REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

4.3 2º Grau – Produção dos Magistrados – Itens sem magistrado associado

– foi constatado que a referida inconsistência continua acontecendo; na remessa de setembro/2015 encontram-se envolvidos nesta ocorrência 305 processos. Levi informou que o problema continua sendo investigado, mas que ainda não se chegou a uma conclusão do que tem ocasionado esta inconsistência na estatística do PJe-JT. Karine sugeriu que a AGE fizesse um levantamento pra verificar se outros Regionais têm enfrentado este problema.

4.4 Correção da base de dados 2013 e 2014 do Sistema e-Gestão (Ofício Circular nº 005/2015 – CGJT/SECG) e Correção dos dados lançados no Sistema do CNJ relativos a casos pendentes de 2014

Mônica informou que foi gerado pela SETIC um lote de teste relativo a dezembro de 2014 (com a nova reinscrição do Sistema e-Gestão) para comparação com os dados estatísticos constantes no TST e no Sistema Justiça em Números (CNJ), bem como com o lote de janeiro de 2015. Analisando os itens que têm impacto no IPC-Jus, constatou-se um decréscimo do número de processos no item de "Pendentes de baixa na fase de conhecimento" e um acréscimo no número de processos no item "Pendentes de baixa na fase de Execução", dados que se apresentam mais consistentes, inclusive quanto comparados a janeiro/2015. Após as ponderações da viabilidade de se disponibilizar esse novo lote relativo a dez/2014 para leitura pelo TST (principalmente no que se refere a "Aprovação" da remessa), decidiu-se, após votação, por maioria, vencidos o Dr. Fábio Túlio e Tadeu, que neste momento não seria disponibilizado ao TST esse novo lote, em razão da grande probabilidade de a remessa ficar com o status de "não aprovada". De toda a forma, foi autorizado o lançamento dos novos dados apurados relativos a casos pendentes de 2014 no sistema do CNJ. Caso seja aberto novo prazo, esse novo lote poderá ser disponibilizado oportunamente uma vez que haverá tempo hábil para a correção de eventuais inconsistências, para fins de aprovação da remessa.

4.5 O que ocorrer:

a) Solicitação do TST (Ofício Circular SEGUID Nº 068, de 13/10/2015) para o cadastramento dos assuntos processuais de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas (TPU) em todos os processos, visando à extração de dados estatísticos mais precisos e à melhoria do uso dessas informações processuais, uma vez que o TST constatou a ausência dessa informação em um número significativo de feitos. Karine informou que em razão do recebimento desse expediente do TST, foi solicitado ao representante da OAB/SE, por ocasião da reunião do Comitê Regional do RJ-JT, no qual a OAB tem assento, que fossem envidados esforços no sentido de os Advogados efetuarem o cadastramento no Sistema RJ-JT de todos os assuntos envolvidos na petição inicial. Ademais, informou-se também, em relação aos processos físicos, que esse cadastramento não vinha sendo realizado. Constatou-se inclusive que durante o ano de 2014, nenhum processo físico havia tido o "Assunto" cadastrado. Tem-se conhecimento também de que, embora já tenha havido discussão anterior em torno da competência/viabilidade para efetuar o cadastramento dos "Assuntos", ainda não havia sido definido o setor competente para realizar essa atividade. Deliberou-se no sentido de atribuir à CAP – Coordenadoria de Atendimento e Protocolo a incumbência para proceder ao cadastramento dos "Assuntos" nos processos físicos do 2º grau. A CAP deveria então ser informada sobre a necessidade de realizar esse cadastramento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO


c) RJe-JT – Prazo para relatar Embargos de Declaração – Karine informou, em razão de alguns questionamentos sobre a existência de embargos de declaração pendentes para relatar fora do prazo, que no RJe-JT existe somente um campo para informar “prazo para Relatar” e que neste Regional nesse campo está cadastrado o prazo de “60 dias”. Não há, portanto, no Sistema RJe-JT campos específicos para se cadastrarem prazos diferenciados para as diferentes “classes processuais”. Pesquisando no JRA (EGE-1624) constatou que o extrator do RJe-JT possui uma tabela de cadastramento de prazos para Relatar, Revisar e Lavrar Acórdão, sendo possível inclusive o cadastramento de prazos distintos “Para Relatar” no caso de “Rito Sumaríssimo” e de “Embargos de Declaração”. Nos itens envolvendo o assunto em questão, de acordo com o Manual do e-Gestão do 2º grau, encontra-se previsto: Processos em que a diferença entre a data da última conclusão para relatar e o período final da apuração é superior ao prazo estabelecido pelo Regimento do Tribunal. Tendo em vista que o Regimento Interno deste Tribunal prevê (art. 284) prazo para julgamento dos Embargos de Declaração até a segunda sessão posterior a data da sua chegada ao gabinete do relator, não havendo definição de prazo “em dias”, sejam úteis ou corridos, deliberou-se no sentido de se cadastrar no Extrator do RJe-JT o prazo de 25 dias para Relatar os Embargos de Declaração.

d) Congratulações à servidora Lorena Santos Nascimento. Dr. Fábio Túlio parabenizou a servidora Lorena Santos Nascimento, Coordenadora de Gestão de Pessoas, por ter sido eleita pelos colegas para receber a Medalha do Mérito do Servidor (9ª edição), e solicitou que fossem registrados em ata os cumprimentos de todos.

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador do Grupo Gestor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Assinatura

FABIO TÚLIO CORRÊA RIBEIRO
Desembargador Presidente
Coordenador do Comitê Regional do Sistema e-Gestão
(assinado digitalmente)


Luiza de Marillac Amazonas Cde Andrade
Secretária da Reunião